



Revista Tramas y Redes

ISSN: 2796-9096

ISSN-L: 2796-9096

revistatramasyredes@clacso.edu.ar

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Argentina

Bin, Marco Antonio

Aspectos da modernidade desigual e segregada: a política nas periferias de São Paulo

Revista Tramas y Redes, núm. 2, 2022, Junio, pp. 123-138

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Argentina

DOI: <https://doi.org/10.54871/cl4c205a>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=722376204007>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Aspectos da modernidade desigual e segregada

A política nas periferias de São Paulo

Marco Antonio Bin

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Brasil
marcobin@gmail.com

Fecha de recepción: 14/10/2021
Fecha de aceptación: 01/04/2022

Resumo

A partir de uma abordagem teórica (Mouffe, 2015; Dardot y Laval, 2016; Souza, 2009) e etnográfica, com aplicação de pesquisa qualitativa, o presente texto propõe uma abordagem metodológica que possibilite a identificação de territórios de precariedade (periferias) na cidade de São Paulo e de seus moradores, com isso objetivando compreender a visão de mundo assim como as expectativas políticas desse morador das periferias. Esta análise pretende questionar a criminalização consensual que se instaura nos meios acadêmicos e midiáticos em relação às classes populares, que nas eleições de 2016 teriam rompido com uma tradição de voto nos partidos de esquerda, ao se identificarem massivamente com candidatos de perfil liberal.

Tramas
y Redes
Jun. 2022
Nº 2
ISSN
2796-9096

Palavras-chave

1| periferias 2| política 3| liberalismo

Cita sugerida

Bin, Marco Antonio (2022). Aspectos da modernidade desigual e segregada: a política nas periferias de São Paulo. *Tramas y Redes*, (2), 123-138, 205a.
DOI: 10.54871/cl4c205a



Esta obra está bajo licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.es_AR

Aspectos de la modernidad desigual y segregada: la política en las periferias de São Paulo

Resumen

Desde una lectura teórica (Mouffe, 2015; Dardot y Laval, 2016; Souza, 2009) y etnográfica, con aplicación de investigación cualitativa, este texto propone un abordaje metodológico que posibilita la identificación de territorios precarios (periferias) en la ciudad de San Pablo y sus residentes, con el objetivo de comprender la cosmovisión, así como las expectativas políticas de este residente de los suburbios. Este análisis pretende cuestionar la criminalización consensuada establecida en los círculos académicos y mediáticos en relación con las clases populares, que en las elecciones de 2016 habrían roto con la tradición de votar a los partidos de izquierda al identificarse masivamente con candidatos de perfil liberal.

Palabras clave

1| periferias 2| política 3| liberalismo

Aspects of unequal and segregated modernity: politics on the outskirts of São Paulo

Abstract

From a theoretical (Mouffe, 2015; Dardot y Laval, 2016; Souza, 2009) and ethnographic reading, with the application of qualitative research, this text proposes a methodological approach that enables the identification of precarious territories (peripheries) in the city of São Paulo and its residents, aiming to understand the worldview as well as the political expectations of this resident of the suburbs. This analysis intends to question the consensual criminalization established in academic and media circles in relation to the popular classes, which in the 2016 elections would have broken with a tradition of voting left-wing parties by massively identifying themselves with candidates with a liberal profile.

Keywords

1| peripheries 2| policy 3| liberalism

Introdução: sobre as inconsistências da “nova classe média” nos territórios da precariedade

Em março de 2017 a Fundação Perseu Abramo divulgou a pesquisa *Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo*, que teve como principal objetivo compreender “os elementos que têm formado a visão de mundo e o imaginário social nas periferias da cidade de São Paulo” (Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 4). Para tanto, partiu-se de uma hipótese inicial que abordava um primeiro momento, as novas dinâmicas socioeconômicas criadas nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), baseadas na ampliação dos mercados de trabalho e de consumo, bem como à distribuição de renda e mobilidade social, e um segundo momento, decorrente da retração econômica como desdobramento da crise do capitalismo mundial, onde as classes populares passaram a “reagir informada por horizontes menos associativistas e comunitaristas e mais por diretrizes marcadas pelo individualismo e pela lógica da competição” (Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 3).

A questão levantada em diversos debates nas mídias e em encontros das esquerdas foi se, com a expansão dos empregos formais, mobilidade social e mais consumo, as classes populares se aproximaram da ideologia liberal. Se sim, como se desenvolveu esse processo? O certo é que as mídias tradicionais e as mais à direita no espectro político passaram a considerar o fracasso das políticas do PT no governo, como o caso do MBL (Movimento Brasil Livre), de orientação liberal, que em suas páginas na internet decretava que “Pesquisa do PT mostra que periferia é de direita” (Bentes, 2017). Os debates mais à esquerda fizeram leituras que no geral rechaçaram essa possível compreensão de um liberalismo ideológico em gestação nas classes populares. Conforme Ivana Bentes (2017), “o que estamos vendo (ao longo da pesquisa) é o declínio, como modelo subjetivo, da figura do ‘trabalhador’ do chão de fábrica, uma esquerda fordista que precisa se reinventar”. As repercussões, vindas dos setores intelectuais e da academia, assumiram uma postura muitas vezes “hierárquica”, ao conceber as periferias como um objeto de observação antropológico, desconsiderando a mobilização de seus anseios, sua visão de mundo original e transformadora. Bentes (2017), embora se coloque frontalmente contra a interpretação de uma periferia liberal em razão dos últimos pleitos eleitorais –eleições gerais em 2014 e eleições municipais em 2016– não se furtou em dizer que “o pragmatismo popular brasileiro não cabe nas polarizações e está em disputa”, deixando no ar uma delicada sugestão de que a escolha popular não transcorre necessariamente em função de seus interesses, ainda que fragmentados, individualizados, mas a partir da disputa das “estruturas superiores”, entre os agentes e as instâncias políticas de direita e de esquerda.

Já para o sociólogo Gabriel Feltran, da UFSCar (Agência Pública, 2017), a perda de votos das esquerdas nas periferias ocorreu em decorrência

do abandono das práticas políticas desenvolvidas pelas comunidades de base ligadas à Igreja Católica e pelos Sindicatos, e pior, “quando (as esquerdas) se tornaram moralmente iguais aos demais políticos tradicionais” (Feltran, 2017). Na entrevista, Feltran destaca um aspecto presente na fala de alguns entrevistados por mim, sobre a inexistência do voto ideológico, tão em relevância nos debates intelectualizados. Segundo o sociólogo, “é um voto que concebe o mundo a partir da proximidade, da relação pessoal, da confiança na ética do candidato, um voto próximo e moral” (Feltran, 2017), e não há como formar interpretações morais de condenação por esse pragmatismo.

Para alguns autores, o equívoco começa ao se considerar a distribuição de renda e a mobilidade social ocorrida nos anos Lula-Dilma como o surgimento de uma “nova classe média”. Como afirma Marilena Chauí (2013), os programas sociais do PT não constituíram uma nova classe média no Brasil, mas a criação de uma nova classe trabalhadora, e discorre sobre a questão,

Esta nova classe trabalhadora é que absorve a ideologia da classe média: o individualismo, a competição, o sucesso a qualquer preço, o isolamento e o consumo. Sendo assim, não é que exista uma nova classe média, mas sim uma nova classe trabalhadora que é sugada pelos valores da classe média já estabelecida (s. p.).

Já tínhamos neste depoimento, três anos antes da crise institucional que depôs Dilma Rousseff, uma percepção da assimilação de valores da classe média pelas classes populares, ou como a autora denomina, nova classe trabalhadora. O economista Marcio Pochmann compartilha do mesmo ponto de vista, ao realizar um extenso trabalho sobre o Governo Lula, em trabalho minucioso que avalia as políticas econômicas e sociais que produziram expansão do emprego formal, redução da pobreza e consequentemente da desigualdade da renda, além de programas sociais bem-sucedidos (dentre eles, o Bolsa Família; o Luz para Todos; Minha Casa, Minha Vida etc.) que resultaram na retomada da mobilidade social. Para Pochmann, ainda que tenha havido mudanças no padrão de consumo e melhoria na distribuição de renda na base piramidal da sociedade brasileira, tal como ocorreu anteriormente nos países industrializados europeus que adotaram o padrão fordista de desenvolvimento (1950-1973, os anos dourados do capitalismo), não houve a “constituição de uma nova classe social, tampouco permite que se enquadrem os novos consumidores no segmento da classe média” (Pochmann, 2014, p. 71).

O sociólogo Jessé Souza vai mais longe em seu argumento questionador sobre essa hipotética ascensão de uma nova classe média. Em sua análise, o fato de um professor universitário e um trabalhador industrial qualificado auferirem renda similar não significa que estilos de vida ou

hábitos de consumo semelhantes, e que também não garantiria um pertencimento de classe, e assim, haveria “muitas diferenças entre o estilo de vida da classe média estabelecida e os trabalhadores precarizados e superexplorados que estão longe de ser transpostas” (Nozaki e Souza, 20 de abril de 2017, s. p.). No mesmo texto, observa um outro ponto importante, a zona de estratificação social intermediária, que possui uma renda entre R\$ 1.000 e R\$ 5.000 impediria análises mais criteriosas, “as denominações ‘classe C’ e ‘nova classe média’ são infelizes, posto que transmitem a impressão de que o Brasil está se tornando aquilo que não é: um país em que os remediados são a maioria e no qual a pobreza vai tornando-se um problema residual”, e conclui dizendo que essa sub-gente¹ ou na verdade, mais apropriadamente, batalhadores da periferia, como camada social é uma incógnita politicamente, e em sua luta pela autoconfiança, pelo autorrespeito, pela autoconfiança, “não são como desejam os arrivistas de direita ou os bovaristas de esquerda” (Nozaki e Souza, 20 de abril de 2017, s/p).

O importante dessa explanação é a evidência de que as camadas urbanas mais pobres da população, concentradas às margens dos bairros com mais infraestrutura de serviços, não incorporaram de maneira completa as conquistas sociais e os valores pertencentes às classes médias, como o tempo livre para os filhos como forma efetiva de acesso ao conhecimento escolar (capital cultural), e com isso propiciar além da formação progressiva do espírito crítico, as oportunidades em um mercado de trabalho qualificado. Tais tipos de herança imaterial da classe média não são considerados em uma sociedade cada vez mais impregnada por valores estatísticos, por uma visão economicista reproduzida principalmente pelos meios de comunicação hegemônicos, e assim “o que vai ser chamado de ‘mérito individual’ mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não é um milagre que ‘cai do céu’, mas é produzido por heranças afetivas de ‘culturas de classe’ distintas, passadas de pais para filhos” (Souza, 2009, p. 23). As classes média e alta exploram o corpo dos subcidadãos da ‘ralé’ a baixo preço, e com isso acumulam o tempo necessário para ser reinvestido em trabalho produtivo e reconhecido. Como contrapartida, o estigma do fracasso permanece atado à ralé, como signo de sua hipotética incompetência atávica, compreendida muitas vezes como preguiça ou falta de vontade de vencer, em um mercado cada vez mais competitivo. A presença dessa subcidadania, ou nas palavras de Vera Telles, da pré-cidadania, mostra que as noções de direitos e cidadania como promessas de modernização social, emergem como seu avesso,

1 Em seu livro *A Ralé Brasileira. Quem é e como vive*, Jessé Souza define essa camada como “uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural ou econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação” (Souza, 2009, p. 21).

“como figuras de atrasos e anacronismos, privilégios e corporativismos que obstam a potência modernizadora do mercado” (Telles, 2013, pp. 141-142). No vácuo dessa modernidade desfigurada, a favorecer os interesses de uma parcela restrita de nossa sociedade, sobressai a voragem neoliberal, em seu projeto de desmanche em curso dos serviços públicos, com o aprofundamento da precarização do trabalho e da destruição dos direitos trabalhistas, tudo em nome da desregulamentação do mercado.

Com base nessa conjunção de argumentos questionadores do surgimento de uma ‘nova classe média’, proponho na sequência uma rápida abordagem histórica, política e econômica da conjuntura social brasileira, e com apoio de breve levantamento etnográfico, sugerir uma aproximação da realidade cotidiana dos territórios de precariedade (periferias) na cidade de São Paulo a partir de seus moradores, objetivando: 1) compreender o voto das pessoas de baixa renda que trabalham/circulam nos bairros mais centrais da cidade; 2) observar a influência dos meios de comunicação e das redes sociais na construção de uma consciência de mundo sob o ponto de vista do cidadão de baixa renda. Esse conjunto de análises busca consolidar a percepção de uma profunda desigualdade social na metrópole, sob as políticas liberais.

Os entrevistados que compõem a pesquisa qualitativa deste trabalho fazem parte das classes populares, sem privilégios ou ascensão no trabalho, já que integram empregos temporários (terceirizados), de baixa qualificação, ou integram a ralé, vivendo nas ruas, em lugares transitórios, sem trabalho formal. Como critério de seleção, os entrevistados deveriam: a) ser provenientes das periferias e b) trabalhar ou circular na região mais nobre da cidade, a avenida Paulista, sendo abordados de modo aleatório. São as vozes deste trabalho, e mesmo invisibilizados socialmente, deslocam-se diariamente em média durante uma hora e meia de seus bairros para alcançar a região da Paulista, onde hipoteticamente encontram mais opções de postos de trabalho, e condições mais adequadas para a formação educacional. Os entrevistados em situação de rua, simplesmente optam pela região pois é onde se concentra a circulação de dinheiro. Os dados da pesquisa etnográfica apresentados neste trabalho foram coletados ao longo do mês de junho de 2017.

Os argumentos políticos das periferias

Conforme os pontos apresentados no resumo, a proposta deste texto é estabelecer uma aproximação da realidade cotidiana das periferias, compreendendo a partir de sua voz as impressões políticas desse morador que faz parte das estatísticas econômicas do país, porém segue à margem da participação política. Em outras palavras, persiste em sua luta por direito à representação

e cidadania em pleno século XXI. Um pouco após a pesquisa da Fundação Perseu Abramo ser divulgada nos meios de comunicação, ocorreram inúmeras manifestações nas mídias, como também nos círculos acadêmicos e intelectuais. O Instituto Casa da Cidade realizou um debate no dia 21 de abril de 2017, onde estiveram presentes mais de 70 pessoas, incluindo representantes de movimentos sociais e jornalistas de mídias digitais. Na mesa, cinco pessoas, apenas uma representante negra e das periferias, Graça Xavier, da União Nacional por Moradia Popular; na plateia, menos de um quarto eram cidadãos oriundos dos territórios de precariedade, diretamente relacionados com o tema da noite. Ou seja, um debate intelectualizado, situado em um bairro classe-média (Vila Madalena), em horário proibitivo (19 horas de uma quinta-feira) para o acesso de participantes dos distanciados territórios de precariedade. O mal-estar da pesquisa mobilizava a *intelligentsia gauche* paulistana em busca de respostas aos problemas apontados e que pareciam afligir mais a classe média de esquerda e as estruturas diretivas do PT. Na pesquisa da Fundação Perseu Abramo são várias as interpretações feitas sob um viés descolado da realidade cotidiana das periferias, mais uma vez colocada ao reboque do contexto político. Por exemplo, uma das constatações da entrevista diz que “o consumo se torna um meio de constituição da identidade e naturalização de ascensão”, e em seguida, “muitos desejam ser empreendedores” (Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 23).

Gisele, negra, jornalista e militante em movimentos periféricos, é a primeira a falar no evento, “sobre esse conceito das periferias serem conservadoras e auto empreendedoras, qual a diferença das relações de empreendedorismo ou de iniciativa própria dos mutirões e as iniciativas para se abrir o pequeno negócio?” (depoimento no debate no Instituto Casa da Cidade, 21 de abril de 2017). Podemos aqui citar Lúcio Kowarick (2009) que descreve o processo de autoconstrução das moradias nas periferias de São Paulo desde a crise habitacional e dos conflitos urbanos e sindicais, conduzidos pelo então legalista Partido Comunista, em fins dos anos 1940,

em decorrência da conjugação desses processos, durante cerca de meio século a confecção de moradias pelos proprietários do lote tornou-se a modalidade dominante de habitação das camadas trabalhadoras, postergando o aparecimento mais volumoso de favelas até a década de 1980. Antes deste momento, nos anos 1940, a autoconstrução já era fenômeno comum. (p. 164)

Em complemento ao seu artigo sobre autoconstrução de moradias em áreas periféricas, Kowarick apresenta o trabalho etnográfico realizado em três loteamentos do bairro Jardim Ângela, zona sul de São Paulo, em 2001-2002. Diante de tanta precariedade descrita, falta de saneamento básico, transporte, posto médico, e no lugar do poder público, o assédio do

tráfico de drogas, era grande o esforço pela conquista da moradia própria no lote adquirido, feita em mutirão familiar ou com a ajuda de amigos nos horários livres, uma forma de amenizar os gastos com aluguel. Como diz Marli, moradora do local, “é, pela casa valeu. Pelo resto não. O meu sonho é esse, terminar a casa. É um sonho. Sonho mesmo! Sonho! Porque a realidade é outra” (Kowarick, 2009, p. 186).

Um sonho é sempre, em qualquer tempo, a realização de um desejo fortemente acalentado, de modo que a pesquisa da Fundação Perseu Abramo não esclarece de que maneira o empreendedorismo atual das periferias surge como resultado da assimilação da ideologia liberal. Gisele, com o microfone, tateia na busca pelas palavras que expressem com o máximo cuidado seu pensamento, pois sabe que ali não é o seu lugar, não está no meio de sua gente, traz outra polêmica em sua fala, “não é novidade (que as) igrejas estejam presentes no território, o problema é que a esquerda (que esteve nas igrejas) agora não está mais” (depoimento no debate no Instituto Casa da Cidade, 21 de abril de 2017). Sua crítica aqui se refere ao abandono do projeto de formação política que ocorreu na igreja católica dos anos 1970, a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que na época colaboraram muito para um pensamento de esquerda, consolidado na formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1981. Desse modo, o surgimento massivo das igrejas neopentecostais apenas responde a uma demanda espiritual não atendida pela Igreja Católica, como também nas carências de infraestrutura, não atendidas pelo poder público. Gisele complementa, denunciando os efeitos que a pesquisa como um todo teve junto ao povo das periferias, “Infelizmente tudo o que foi dito só aponta o dedo, criminaliza e gera problemas para quem vive nas periferias” (depoimento no debate no Instituto Casa da Cidade, 21 de abril de 2017).

Guilherme, negro, jovem morador das periferias, confeiteiro, empreendedor, também fez suas críticas, pontuadas pelo cuidado semântico e por um tom conciliador, embora incisivo,

A gente não tem muito tempo para estudar (o ensinamento) da escola, ciências, matemática, geografia, quanto mais a política em si. A gente tem uma exigência social e profissional muito maior, e que demanda um esforço racional que muitas vezes não é entendido por vocês [...]. Até que ponto (essa pesquisa) foi feita para solucionar (problemas) ou para manter um padrão que já existe? Até quando vocês querem que a gente pare de entender o que é liberalismo político e que a gente entenda o que realmente é política? (depoimento no debate no Instituto Casa da Cidade, 21 de abril de 2017).

Guilherme começou sua fala com uma frase instigante, “quando ouvi a palavra liberalismo não fazia a menor ideia do que significava”

(depoimento no debate no Instituto Casa da Cidade, 21 de abril de 2017), o que sugere a evidente dissociação dos conteúdos ideológicos na prática da vida cotidiana nas periferias. Primeiro porque não existe, ou é muito frágil, uma orientação política adequada nas escolas que permita o discernimento por parte do aluno do que seja esquerda e direita. E também porque não há uma discussão adequada do tema nos meios de comunicação. Em suma, não há formação política. Na pesquisa esse aspecto surge em dois depoimentos anônimos e que para muitos aparece como motivo de galhofa: “Direita é alguém direito, correto. Esquerda é quem vive reclamando”; e também, “Eu acho que a direita é quem está no poder e a esquerda é a oposição!” (Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 14). Nos dois exemplos se demonstra a despreocupação pelo significado dos termos “esquerda” e “direita”, pois isso não soluciona problemas, como diz Guilherme. Em outras palavras, até que ponto a pesquisa –ou a prática política– vai começar a fazer diferença? O pior dos distanciamentos é aquele que ignora a realidade e nesse sentido, a esquerda se ausentou de seus princípios éticos e sociais.

Quando pergunto a Maurício, 26 anos, atendente de lanchonete, morador no bairro Jardim Ângela, zona sul de São Paulo, em quem votou para prefeito em 2016, ele simplesmente me diz “o pior é que votei em Doria”. De maneira sintética e mesmo trágica, a afirmação denota a sua decepção, “pois ele está tirando tudo do povo”. Alexandre, 36 anos, jornalista, morador no bairro Brasilândia, zona oeste de São Paulo, também votou em Doria. Além dessa concordância política, o que mais ambos têm em comum? Eles moram a mais de uma hora do lugar em que trabalham, na região da avenida Paulista (central); interagem com as mídias digitais e têm uma vaga compreensão política do que seja direita e esquerda. Significa dizer que o voto traduz simpatia momentânea (Maurício), ou um hábito adquirido (Alexandre, que antes votou em Geraldo Alckmin para governador e Aécio Neves para presidente, ambos do PSDB), longe de alguma convicção ideológica ou de princípios.

Milton Cruz, 79 anos, protético aposentado, morador em Itaquera, zona leste, a uma hora de seu trabalho hoje, como ambulante na avenida Paulista vendendo seus carrinhos em miniatura, foi outro entrevistado que votou em Doria para prefeito. Anteriormente, em Alckmin para governador e “Temer para presidente”, sendo que Temer foi vice na chapa de Dilma, do PT, verificando-se aqui uma das incongruências observadas nas respostas da etnografia realizada para este artigo. Milton sustenta que critica o PT desde a greve dos metalúrgicos, no longínquo ano de 1980, e que o partido “comprou o povo do Nordeste com o bolsa-família”, uma afirmação recorrente entre os que formam opinião a partir de notícias políticas produzidas pela mídia corporativa.

Nesta altura, cabe indagar quem é esse personagem, João Doria, que em sua primeira experiência como candidato a uma eleição majoritária venceu em 1º turno? Em linhas gerais, trata-se de um empresário e publicitário, filho de deputado federal, fundador e presidente do Grupo Doria onde destaca-se a Lide –Grupo de Líderes Empresariais–. Possuía até recentemente no canal aberto um programa, *Show Business*, onde entrevistava empresários e políticos. Com poucos meses de governo, esteve envolvido em dois acontecimentos de repercussão midiática: o primeiro, quando em nome de um programa de governo, “Cidade Limpa”, não só determinou o apagamento de grafites e pichações de locais públicos, como solicitou punições para grafiteiros e pichadores, considerando estes como bandidos. O outro fato político, mais grave e inconsequente, foi uma brutal ação na Cracolândia, região central da cidade, onde se concentram usuários de crack e moradores em situação de rua. Sob a justificativa de capturar traficantes, a Polícia Militar agiu de forma violenta, reprimindo pessoas e destruindo de modo implacável seus pertences. Comparando a ação com um *pogrom* nazista, Aldo Fornazieri (2017), professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, descreve o que se passou,

Na ação espetaculosa do prefeito contra a Cracolândia foram presos 38 traficantes e apreendidas algumas armas. O que consta é que nenhum desses presos é um grande traficante, um chefe do tráfico em São Paulo [...]. Não satisfeito com o desastre de sua violência contra doentes indefesos, o prefeito quis ir mais longe no seu autoritarismo. Anunciou internações forçadas de dependentes químicos e buscou o respaldo na Justiça para perpetrar este ato contra a liberdade das pessoas e contra os direitos civis de doentes (s. p.).

No dia da ação policial, as imagens veiculadas pelas mídias digitais eram as de um lugar varrido por um tsunami, onde barracas, colchões, roupas, bens pessoas jaziam inapelavelmente espalhados pelas ruas desertas, transformados em montes de lixo. Ao longo das calçadas, fileiras assustadoras de caminhões-caçamba aguardavam para retirar o que outrora foram pertences de pessoas abandonadas pelo poder público. Essa ação truculenta foi na verdade uma espécie de representação simbólica do prefeito eleito João Doria, que gosta de se definir como um gestor e não como um político, e que tem a reputação de não discutir suas decisões, mas implementá-las de modo impositivo. Recentemente acusou trabalhadores que lutam por seus direitos de vagabundos e preguiçosos (*Brasil 247*, 2017).

O mito do *self-made man* que encarna é a grande chancela publicitária para esses tempos de políticas neoliberais e de culto à meritocracia. Na verdade, com seus métodos concorrenciais e suas práticas autoritárias, Doria deixa de ser um expoente da pós-modernidade neoliberal para,

retrocedendo cem anos, se aproximar do liberalismo evolucionista de Herbert Spencer. Considerando os acontecimentos da Cracolândia, constata-se nas ações do prefeito paulistano a afirmação de Dardot e Laval (2016), quando se referem à essência do liberalismo de Spencer:

O ponto decisivo que permite a passagem da lei da evolução biológica para suas consequências políticas é a prevalência na vida social da luta pela sobrevivência [...]. Daí a assimilação da concorrência econômica a uma luta vital geral, que é preciso deixar que se desenvolva para que a evolução não seja interrompida; daí as principais consequências que examinamos antes, em especial as que condenavam a ajuda aos mais necessitados, que deveriam ser abandonados à própria sorte (pp. 52-53).

De outra parte, convém reiterar que a prática da democracia moderna esteja em concordância com o pluralismo político e dessa forma, descartando o que Chantal Mouffe denomina uma *relação antagonística*. Nessa circunstância, as identidades coletivas são determinadas por uma relação nós/eles, onde o embate se dá sem o reconhecimento de um adversário, mas de um inimigo. Disso resulta que a política deixa de ser a luta entre distintos pontos de vista, para se transformar em verborragia de um lado só, com a consolidação do consenso. A onda desse liberalismo irreduzível que avança na América do Sul e do qual João Doria é um de seus adeptos, compreende o poder como uma forma de promover o consenso – via demonização ou o não-reconhecimento do oponente, a pobreza do debate que pode explicar o crescente desinteresse pela política, refletido nos altos índices de abstenção eleitoral. De acordo com Mouffe, “para agir politicamente, as pessoas precisam ser capazes de se identificar com uma identidade coletiva que ofereça uma ideia de si próprias que elas possam valorizar” (Mouffe, 2015, p. 24).

A complexa realidade do povo brasileiro, mestiço, pobre e trabalhador, descartado como gênese e fundamento do nosso processo histórico e social, se encontra imobilizado em um feixe de transformações que o reduzem a mero espectador da cena político-econômica. De um modo geral, os descompassos de nossa modernidade desigual se definem pela manutenção dos desequilíbrios sociais, que nestes tempos sombrios de predomínio dos interesses do capital financeiro, regem espoliações e falsas expectativas, aprofundando a distinção das classes sociais que compõem nossa sociedade. Conforme destaca Vera Telles, o paradoxo da sociedade brasileira reside em um avançado projeto de modernidade, cujo embasamento se dá na modernização econômica, social e institucional, mas que se caracteriza pela incivilidade nas relações sociais (Telles, 2013). Tal modelo de cidadania não caracteriza a figura de uma cidadania autônoma e soberana. Será um

grande contingente “sem carteira de trabalho” e, conseqüentemente, sem reconhecimento legal, o que determina que “desempregados, desocupados, subempregados, trabalhadores sem emprego fixo ou ocupação definida (sejam) transformados em pré-cidadãos (sujeitos) à repressão pura e simples, tanto na esfera privada como na estatal” (Telles, 2013, p. 23).

E assim, por mais que o discurso oficial dos próceres neoliberais sobre medidas de modernização do trabalho, da previdência, da economia, ganhe amplitude, desconfiamos diante dos fatos observados na realidade cotidiana de nossas ruas, as mesmas ruas descritas por João do Rio com lirismo em seus enigmas, “Qual de vós já passou a noite em claro ouvindo o segredo de cada rua? Qual de vós já sentiu o mistério, o sono, o vício, as ideias de cada bairro?” (Rio, 2007, p. 23). Essas pessoas, imersas nos devãos do espaço público, reforçam a pobreza como paisagem, como algo desde há muito naturalizado por uma sociedade anestesiada em se indignar moralmente, ainda incapaz de considerar que “os indivíduos, na irredutível singularidade de cada um, podem se reconhecer como semelhantes” (Telles, 2013, p. 32).

Ranulfo Farias, negro, 64 anos, pintor e atualmente vendendo a força de trabalho puxando uma carroça, é como um dos personagens de João do Rio, que passa o tempo a ouvir os segredos das ruas e, contra todos os prognósticos, acumular gradualmente capital cultural. Nesse sentido se assemelha a Lara, 21 anos, transexual que vive capturando latinhas de refrigerante para reciclagem e faz seu trabalho com a leveza de quem sente a alma das ruas. Ambos percorrem dezenas de quilômetros por dia e parecem retornar sempre ao mesmo ponto, não muito longe da Avenida Paulista, que não os repele, mas igualmente não aceita. Nesse tom de impasse, um puxa sua carroça enquanto a outra carrega seu saco de latinhas, ambos dormitam nas periferias do mundo. Ainda que rigoroso na descrição de sua apreensão do mundo, Ranulfo não relaciona sua condição precária de morador em situação de rua com a atávica ausência de políticas públicas. Acompanha as notícias do mundo pelo rádio, pela TV, não sente falta de um aparelho para navegar na internet, mas ainda quer ter um celular para entrar em contato com as pessoas. Sua solidão perene em meio à multidão indiferente criou uma crosta de desconfiança, e ao mesmo tempo de interesse por tudo.

Lara se informa pelos jornais, os distribuídos de graça no metrô, e assiste a TV no bar de uma amiga. Gosta de navegar pela internet quando tem dinheiro para o crédito, possui 3.000 amigos no Facebook, o que mostra que os acessos digitais estão ao alcance e de alguma forma permitem a formação de uma rede, gosta de política, mas não entende muito, “eu trabalhando, tá ótimo, tenho 21 anos e nunca trabalhei de carteira assinada, negra trans e em situação de rua, fica complicado trabalhar”. Lara votou em Dilma para presidente, não votou para prefeito porque tem seu registro eleitoral no

Rio de Janeiro, no subúrbio de Bonsucesso, de onde veio caminhando, 18 dias a pé.

Já Ranulfo se informa pela mídia corporativa, TV e rádio, e faz questão de saber sobre a política. É forte sua decepção, mas coloca-se a disposição para falar do tema, “nunca votei no PT, quando vi meu candidato (Maluf, conservador) estampado junto com a Marta (na época, do PT) ali no outdoor, eu falei, ‘mas nunca você ganha o meu voto’ e não votei mais”. Procuro explorar essa posição, ele não facilita e expõe um arrazoado com sua firme dicção, “direito adquirido não se mexe”, questionando as mudanças projetadas pelo governo atual, “agora aos 65 eles querem mais 15 anos de contribuição [...] então vou ter de morrer ali debaixo”, apontando para a carroça.

São os invisíveis das camadas miseráveis, ou na definição de Jessé Souza, da ralé brasileira. Têm perfeita consciência de que vivem sob a pretensa ilusão da liberdade e igualdade, e o que fazem é negociarem sua cidadania da forma que melhor lhes convir. O sofrimento da dor da discriminação não mais os alcança – provavelmente a nenhum dos entrevistados para este artigo. As formas do embate adversarial, tal como sugere Mouffe, é um sentimento que permanece adormecido na alma, a postos para despertar quando provocados, ainda que sob uma argumentação política contraditória. De todo modo, raramente aparece a dor, exceto talvez no caso de Mauricio Oliveira, negro, 57 anos, trabalhador terceirizado de limpeza, hoje com contrato no metrô. Mora no Jardim Planalto, periferia da zona leste, a cerca de uma hora do trabalho na avenida Paulista. Participa das redes digitais, principalmente WhatsApp e Facebook, e diverte-se jogando videogame. Gosta de ler jornal e assiste o noticiário de TV a cabo. Normalmente vota em quem não vai ganhar pois “se perder não me ajuda e se ganhar também não”. E conclui com uma fala espontânea, “com a roupa de serviço, chega quem quiser perto de mim, mais alto, mais baixo...agora no meu normal, muito difícil chegar alguém perto”. Essa, provavelmente, a sua dor profunda.

Significativo observar como os grandes meios de comunicação, a mídia eletrônica e impressa, além de prevalecer em seu discurso dominante, desempenham um papel claramente parcial na abordagem da discussão política, que resultam em análises pouco abrangentes e elucidativas sobre os processos sociais. Em sua mais recente obra *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*, Jessé Souza reserva a parte final para demonstrar a importância da produção intelectual e da informação como formadoras de uma dominação simbólica por parte das elites, e a mídia tendo participação fundamental nessa elaboração de uma interpretação tendenciosa da vida social, de acordo com seus interesses de classe. Souza (2017) explicita em sua maneira contundente como se dá o processo:

A história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem que analisemos a função da mídia e da imprensa conservadora. É a grande mídia que irá assumir a função dos antigos exércitos de cangaceiros, que é assegurar e aprofundar a dominação da elite dos proprietários sobre o restante da população. [...] Substitui-se a violência física, como elemento principal da dominação social, pela violência simbólica, mais sutil, mas não menos cruel (p. 214).

Sem dúvida essa sutilidade passa pelo modelo de vida social que se impõe de modo voraz nos últimos anos, notadamente na América Latina, subordinado aos ditames de um liberalismo acerbado, que como vimos nos remete ao liberalismo evolucionista de cem anos atrás, demonstrado nos recentes retrocessos trabalhistas e previdenciários. A difusão pelos meios de comunicação hegemônicos desse modelo político e econômico se conjuga com o esforço de uma elite financeira em consolidar seu poder, amparado no uso ideológico em detrimento do uso informativo, com restrição do caráter prospectivo e opinativo e a ampliação de uma espécie de censura, travestida no aprofundamento da manipulação. Como relata o jornalista Pascual Serrano, “a mídia não exerce o direito à liberdade de expressão, mas o direito à censura, na medida em que decide o que nós, cidadãos, vamos conhecer e o que não” (Moraes, Ramonet e Serrano, 2013).

Notas finais

Não precisamos mais de quarenta ou cinquenta anos para desvelar a ação irresponsável das classes hegemônicas em 1964, quando elas intervieram de modo acintoso para tomar o poder a contrapelo das normas institucionais. Passam-se poucos meses para vir à tona a ruptura institucional de 2016, para a sociedade civil tomar plena consciência dos desdobramentos políticos, cujo processo tratou de subtrair os direitos trabalhistas e previdenciários sobretudo da população menos favorecida do país. Por mais que a constituição seja a expressão de uma sociedade que se pretenda moderna, onde a igualdade assegure o pertencimento cívico, a promessa de modernidade aprofundou as desigualdades sociais, consubstanciadas por hierarquias clientelistas, que se expressam no ordenamento corporativo da sociedade (Telles, 2013).

As vozes periféricas presentes neste texto mostram-se sintonizadas com seu tempo, em sua maioria muito atuantes, ao constituírem inúmeros coletivos e movimentos digitais, estimulando a autonomia associativa nas comunidades. Porém, se constata de maneira crescente o comportamento mais individualizado, resultado da disseminação de uma ideia enviesada de empreendedorismo, o que não significa adesão a uma ideologia liberal, como pode sugerir a pesquisa da Fundação Perseu Abramo.

Neste cenário difuso, a mídia corporativa de nosso país comanda o relato ideológico dos fatos, ao produzir informação pautada segundo os interesses hegemônicos, vinculados ao poder econômico-financeiro. O que se apresenta como falta, na apreensão solidária da realidade cotidiana, é justamente uma formação educacional pública que proporcione a base para a compreensão da opressão social, o senso crítico que permita ao cidadão comprometido em sua autonomia e soberania, se dar conta da contradição social e cultural a que é submetido e romper com a desigualdade alienante, em nome de uma dinâmica, mais igualitária, própria das sociedades modernas.

Referências

- Agência Pública* (17 de abril de 2017). As esquerdas perderam votos na periferia quando deixaram de ser esquerdas. <https://apublica.org/2017/04/as-esquerdas-perderam-votos-na-periferia-quando-deixaram-de-ser-esquerdas-diz-pesquisador/>.
- Brasil 247* (28 de abril de 2017). Dória, que chama trabalhador de “vagabundo”, foi trabalhar de helicóptero. <https://www.brasil247.com/geral/doria-que-chama-trabalhador-de-vagabundo-foi-trabalhar-de-helicoptero/>.
- Bentes, Ivana (abril de 2017). A periferia não binária. *Revista Cult*. <https://revistacult.uol.com.br/home/a-periferia-nao-binaria/>
- Chauí, Marilena (23 de agosto de 2013). Não existe nova classe média. *Portal Geledés*. <https://www.geledes.org.br/marilena-chau-i-nao-existe-nova-classe-media/>
- Dardot, Pierre e Christian Laval (2016). *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Feltran, Gabriel (17 de abril de 2017). As esquerdas perderam votos na periferia quando deixaram de ser esquerdas. *Pública - Agência de Jornalismo Investigativo* <https://apublica.org/2017/04/as-esquerdas-perderam-votos-na-periferia-quando-deixaram-de-ser-esquerdas-diz-pesquisador/>
- Fornazieri, Aldo (maio de 2017). Dória: nazismo na cracolândia. *Portal GGN*. <https://jornalggn.com.br/artigos/doria-nazismo-na-cracolandia-por-aldo-fornazieri/>.
- Fundação Perseu Abramo (2017). *Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo*. <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/percepcoes-e-valores-politicos-nas-periferias-de-sao-paulo/>
- Kowarick, Lúcio (2009). *Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34.

- Moraes, Dênis de; Ignacio Ramonet e Pascual Serrano (2013). *Mídia, poder e contrapoder*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mouffe, Chantal (2015). *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Nozaki, William e Jessé Souza (20 de abril de 2017). O Brasil não conhece o Brasil. *Fundação Perseu Abramo*. <https://fpabramo.org.br/2017/04/20/o-brazil-nao-conhece-o-brasil/>
- Pochmann, Márcio (2014). *O mito da grande classe média: Capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Rio, João do (2007). *A alma encantadora das ruas*. Belo Horizonte: Crisálida Livraria e Editora.
- Souza, Jessé de (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Souza, Jessé de (2017). *A elite do atraso: Da escravidão à Lava jato*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Telles, Vera (2013). *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34.